

A marcha forçada

O relançamento da economia brasileira contra a corrente da inflação, da dívida e do déficit é atribuído, pelo economista Antonio Barros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a uma simples lei de agronomia: quem planta, colhe. O Brasil realizou, com o governo Geisel, um portentoso plantio de investimentos na infraestrutura econômica. No cultivo dessa safra de projetos de base, fizemos uso do adubo sintético da poupança externa e da irrigação artificial de títulos públicos.

Foi um contrato de risco calculado. A poupança alheia ainda era oferecida e barata, com o Brasil impondo prazos de carência, pechinchando juros e questionando "spreads". E a emissão de títulos da dívida pública, não-moeda que faz a função da moeda, financiou os projetos nacionais do passo-maior-que-a-perna. Ao lado do plantio de projetos geradores de produto, de emprego e de renda futura, deu-se a semeadura da maior dívida externa do mundo e da maior inflação indexada do planeta.

O investimento lastreado no endividamento (interno e externo) fez do céu o seu limite. E antes da colheita, pelo governo Sarney, dos projetos maturados, o Brasil não teve como segurar o rabo-do-foguete dos custos redobrados da inflação e da dívida, no governo Figueiredo. O risco calculado (o do crescimento com endividamento) colidiu, feito um "titanic", com o "iceberg" da segunda onda de choque do petróleo, em 1979, e da terrível erupção dos juros, em 1980. O descalabro do capitalismo sem juizo foi tão aterrador, que nada menos de 37 países "extrovirtidos" quebraram rigorosamente juntos em 1982, golpeados pela sinistra combinação da disparada dos juros sobre a dívida, com a derrubada dos termos de comércio. Ou seja: o crédito perverso e o comércio asfixiaram todos os países penhorados em dólar, incluídos alguns desavisados países da Europa Oriental.

Ninguém, antes de 1979, imaginaria semelhante desvio de rota da economia mundial. Muito menos o governo Geisel, que nesse particular só pode ser condenado pelos profetas do passado.

Da mesma forma com que Antonio Barros de Castro resgata o "lado bom da maca" do governo Geisel, enquanto lastro físico da retomada econômica do governo Sarney, caberia encaixar do julgamento do processo uma certa reabilitação política do governo Figueiredo: Geisel executou a obra. Figueiredo pagou a conta. E uma conta sobressaltada na dívida em dobro, na inflação em dobro, no déficit em dobro. Ou na imagem do caboclo mineiro: o Brasil passou cinco anos bebendo pinga e outros cinco levando tombo...

Em seu livro "A Economia Brasileira em Marcha Forçada", em parceria com Francisco Eduardo Pires de Souza, o professor Antonio Barros de Castro produz bem documentada defesa da opção Geisel, colheita iniciada agora na era Sarney: em 1985, voltamos a liderar a taxa de crescimento econômico do Terceiro Mundo, exibindo um aparelho industrial de base e de ponta mais lastreado que o da Inglaterra — na observação de Barros de Castro. A substituição de importações, nos últimos 10 anos, alcançou índices relativos sem igual em todo o mundo — e não apenas de petróleo.

A tese documenta o benefício, mas não devassa o custo. Assim construída, a análise torna-se injusta em relação ao governo Figueiredo, literalmente esfarelado pelos choques externos de 1979/82. De qualquer forma, uma reconstrução analítica politicamente despojada, verdadeira pedra no sapato da esquerda acadêmica, da qual Barros de Castro é consorciado de carteirinha.

Para os autores do "marcha foçada" — no sentido do "crescimento abortado" de Gunnar Myrdall — o relançamento da economia brasileira, desde o ano passado, é um processo sólido, não é fogo de palha, vai alcançar os anos 90 e fazer o nome de José Sarney — até inflação em contrário. O resgate do período Geisel, segundo Barros de Castro, favorece o entendimento do processo no presente e descortina o seu desdobramento no futuro. Com o detalhe: o setor público deve permanecer na liderança da retomada, como força indutora do modelo brasileiro do pau-na-máquina. O setor privado não teria fôlego (nem coragem) para relançar-se nas águas turvas da inflação e da dívida...

Até porque, Barros de Castro não acredita no rebaixamento da inflação para um patamar civilizado de dois dígitos nem recomenda a desindexação da economia: não há clima político para a quebra das regras do jogo. Os brasileiros estão "ecolojados" pela inflação com correção e fazem da expansão do mercado a qualquer preço (literalmente) uma questão de sobrevivência pessoal e de afirmação coletiva. Com a provocação acadêmica: o crescimento, no caso do Brasil, sociedade em construção, corrige desvios e preenche vazios, amortecendo o apetite da inflação e reprimindo o "deficit" operacional do governo — do que nos dá conta o reequilíbrio orçamentário da previdência social.

"Seria até criminoso interromper a colheita dos benefícios plantados pelos sacrifícios dos últimos dez anos", suspira o estruturalista e ex-pesquisador da Cepal, Antônio Barros de Castro.